



RATIO – FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LIDIENE CORDEIRO DA SILVA SOUSA

O SERVIÇO SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS

FORTALEZA
2017

LIDIENE CORDEIRO DA SILVA SOUSA

O SERVIÇO SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica e Filosófica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Maria do Socorro Lima Martins Matos

FORTALEZA

2017

LIDIENE CORDEIRO DA SILVA SOUSA

O SERVIÇO SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Maria do Socorro Lima Martins Matos
(Orientadora)

Prof^a. Esp. Andressa Pereira da Silva
Faculdade Ratio

Prof^a. Ms. Francisco Antônio Ferreira de Almeida
Faculdade Ratio

Dedico este trabalho à minha família, especialmente aos meus pais, pelo apoio, confiança e amor incondicional em toda a minha trajetória. Tudo o que sou hoje é reflexo de uma família feliz e unida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a Deus pelo dom da minha vida, pela graça da conclusão desta graduação, mesmo diante de toda dificuldade sempre escutou os meus clamores e me presenteou com este diploma. Aos meus Familiares que sempre tiveram ao meu lado, sendo verdadeiramente minha base.

À minha orientadora Socorro, pelos momentos de conhecimentos repassados com dedicação, apoio e competência pela excelente profissional. Aos membros da banca que tão prontamente aceitaram participar da minha apresentação.

Aos meus colegas de turma que caminharam comigo, sempre um apoiando um ao outro, aprendemos muito juntos, vou levar vocês para toda minha vida.

A todos os meus familiares que de alguma maneira contribuíram neste período da minha vida.

Obrigada Senhor.

“Canção do Exército”

Nós somos da Pátria a guarda,
Fiéis soldados,
Por ela amados.
Nas cores de nossa farda
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.
Em nosso valor se encerra
Toda a esperança
Que um povo alcança.
Quando altiva for a Terra
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.
A paz queremos com fervor,
A guerra só nos causa dor.
Porém, se a Pátria amada
For um dia ultrajada
Lutaremos sem temor.

Como é sublime
Saber amar,
Com a alma adorar
A terra onde se nasce!
Amor febril
Pelo Brasil
No coração
Nosso que passe.
E quando a nação querida,
Frente ao inimigo,
Correr perigo,
Se dermos por ela a vida
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.
Assim ao Brasil faremos
Oferta igual
De amor filial.
E a ti, Pátria, salvaremos!
Rebrilha a glória,
Fulge a vitória.

RESUMO

O presente estudo tem o propósito de analisar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas Forças Armadas. Justifica-se pelo interesse de melhor compreendermos a atuação do Assistente Social no campo militar, uma vez que as Forças Armadas, enquanto instituições nacionais organizadas para a defesa da nação, tem se revelado espaços numericamente crescentes de inserção desse profissional. A execução da pesquisa se deu através da análise documental e bibliográfica, como forma de compreender melhor o conteúdo definido nos documentos, e também na bibliografia, para comparar o cotidiano profissional do assistente social. Seguida por uma pesquisa qualitativa que respondeu questões muito particulares da atuação do Assistente Social nas Forças Armadas. Foi possível, por meio da análise dos dados, identificarmos demandas sociais específicas, embora tenham se manifestado no estudo de uma forma latente, pois não há uma reflexão construída sobre esta realidade. Conclui-se que nesse espaço sócio ocupacional o assistente social tem sido chamado a intervir nas questões relacionadas às demandas que vão além daquelas alcançadas pela legislação militar, que abrangem as famílias, dependentes de militares e servidores civis. São possibilidades construídas pela mediação do trabalho do assistente social nas Forças Armadas, necessitando de metodologias que sejam capazes de decifrar a complexidade da questão social e de construir viabilidades em um cotidiano contraditório.

Palavras-chave: Assistente Social; Forças Armadas; Militar; Serviço Social.

ABSTRACT

The present study has the purpose of analyzing the work developed by the Social Service in the Armed Forces. It is justified by the interest of better understanding the Social Worker's role in the military field, since the Armed Forces, as national institutions organized for the defense of the nation, have been revealed numerically increasing spaces of insertion of this professional. The research was carried out through documentary and bibliographical analysis, as a way to better understand the content defined in the documents, and also in the bibliography, to compare the daily routine of the social worker. Followed by a qualitative research that answered very particular questions of the Social Worker's performance in the Armed Forces. The hypothesis was confirmed that the Social Worker faces challenges due to his hierarchical linkage, as Lieutenant (Junior Officer in the chain of command), which prove to be obstacles to the materialization of the Professional Social Ethical-Political Project. It was possible, through the analysis of the data, to identify specific social demands, although they have manifested themselves in the study in a latent way, since there is no constructed reflection on this reality. It is concluded that in this social and occupational space the social worker has been called to intervene in the questions related to the demands that go beyond those reached by the military legislation, that cover the families, dependent of military and civil servants. They are possibilities built by the mediation of the social worker's work in the Armed Forces, requiring methodologies that are capable of deciphering the complexity of the social question and of building viabilities in a contradictory daily life.

Keywords: Social Worker; Armed Forces; Military; Social Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
COMAER	Comando da Aeronáutica
CPE	Curso de Prática de Ensino
DCIPAS	Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social
DGPM	Diretoria Geral de Pessoal da Marinha
DPM	Diretoria de Pessoal Militar
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EMA	Marinha Estado-Maior da Armada
FAB	Força Aérea Brasileira
IPM	Inquérito Policial Militar
LMDPF	Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família
LTSPF	Licença Para Tratamento
MB	Marinha do Brasil
MINUSTAH	Missão de Estabilização das Nações Unidas
NSAIPM	Núcleo Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha
NUSESO	Núcleo de Serviço Social
OES	Órgão de Execução
OM	Organização Militar
ONU	Organizações das Nações Unidas
PSS	Programas de Serviço Social
RAS/DIRINT	Recursos de Assistência Social da Diretoria Interna
SAIPM	Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha
SDEE	Subdiretoria de Encargos Especiais
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS FORÇAS ARMADAS	18
2.1 As três forças	23
2.1.1 A Marinha do Brasil	24
2.1.2 O Exército Brasileiro	25
2.1.3 A Força Aérea Brasileira	27
3 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	30
3.1 Serviço Social: a constituição como profissão	31
3.2 Projeto ético-político	37
4 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS	47
4.1 Papel do assistente social nas Forças Armadas	47
4.2 Atividades desenvolvidas, demandas e dificuldades	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o exercício profissional do assistente social, no que concerne ao desenvolvimento de habilidades, competências e atribuições nas Forças Armadas do Brasil levando em consideração as singularidades da Instituição.

As Forças Armadas do Brasil têm tido um papel de relevância social desde sua fundação, no que diz respeito não somente à defesa do território nacional, mas principalmente em relação à atenção as comunidades em que estão inseridas. Nesse sentido, a Marinha do Brasil tem participado ativamente na assistência social a várias comunidades em seu entorno onde se encontra e nos mais distantes rincões deste país, como na Amazônia brasileira (MARTINS, 2013).

A Marinha, Exército e Aeronáutica compõem as Forças Armadas Brasileira, responsáveis pela execução da política de segurança nacional. A Marinha Brasileira destina-se a defesa da pátria, estando a serviço da nação para garantir os direitos constitucionais alicerçados na lei e na ordem. A sua base institucional está calcada na hierarquia e disciplina.

Juntas, elas são responsáveis por assegurar a integridade do território nacional; defender os interesses e os recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros; proteger os cidadãos e os bens do País e garantir a soberania da nação.

Com vistas à proteção das águas brasileira, em mar aberto e em águas interiores o território brasileiro para os devidos fins de proteção concernentes a Marinha, fica dividido em regiões, denominadas Distritos Navais, que auxiliam no cumprimento de tarefas de responsabilidade da Marinha, além de prestar apoio ao pessoal militar da Força e seus dependentes (OLIVEIRA, 1987).

A partir do ano de 1946 foi instituído o Serviço Social das Forças Armadas, com a criação da Diretoria de Pessoal Militar (DPM), da Divisão de Conforto e Assistência, tendo sob subordinação a Seção de Conforto e Assistência Social (MARINHA DO BRASIL, 2009).

Inicialmente, essa diretoria tinha como objetivo exclusivo a prestação de assistência social integral nas áreas de Serviço Social, Direito e Psicologia aos militares e civis lotados em sua estrutura organizacional (SANTOS, 2009).

O Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (SAIPM) é uma sistemática de prestação de serviços de Assistência Social, de forma integrada, nas áreas de Serviço Social, Direito e Psicologia. Portanto, o assistente social militar que atua na Marinha trabalha em equipe integrada no Núcleo do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (NSAIPM), na elaboração e execução de projetos para atendimentos às demandas de seus efetivos e dependentes. As normas sobre a Assistência Integrada nas Forças Armadas estão explicitadas na diretriz da Diretoria Geral de Pessoal da Marinha (DGPM-501), sendo um “guia” da ação profissional do assistente social (SANTOS, 2009).

Conforme preconizado na Diretoria Geral de Pessoal da Marinha - DGPM-501, a assistência integrada nas Forças Armadas está condicionada pelos seguintes princípios norteadores da ação profissional: integração, descentralização, capacitação e prevenção:

A integração refere-se à compreensão do usuário em sua totalidade, e se dá por meio de uma abordagem multi e interdisciplinar que busca, de forma sistemática, o apoio abrangente do usuário do Serviço. A descentralização se dá por meio da distribuição da área de cobertura dos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (OES), por proximidade geográfica, pelas Organizações Militares (OM) da MB, independentemente de vínculo de subordinação militar (...) visam garantir um local de atendimento a qualquer membro da família naval; facilitar o acesso à assistência que se mostre necessária; e promover um relacionamento personalizado no atendimento prestado. A capacitação tem por propósito oferecer o instrumental necessário para que o usuário desenvolva condições de lidar com as situações que lhe são apresentadas, estimulando o seu potencial (...). A prevenção tem por finalidade promover a intervenção que antecipe e prepare os usuários a lidar com as situações e/ou dificuldades apresentadas pelo cotidiano (DGPM 501, rev 3, p. 1-1).

O atendimento de Serviço Social na Marinha, segundo a Diretoria Geral de Pessoal da Marinha (DGPM 501), tem por finalidades: a) Identificar situações sociais que estejam interferindo, direta ou indiretamente, no desempenho profissional e na convivência familiar e social de seus usuários; b) Capacitar o usuário a lidar com as

situações-problema decorrentes das relações que estabelece com a realidade em que se insere nos seus diversos âmbitos; e c) Buscar apoio nos recursos existentes tanto dentro e como fora da Marinha do Brasil, visando proporcionar à Família Naval uma melhor qualidade de vida.

As atribuições do assistente social na MB são estabelecidas pela Diretoria Geral de Pessoal da Marinha (DGPM-501): prestar atendimento de Serviço Social aos usuários; elaborar, implementar e avaliar os projetos sociais decorrentes dos Programas de Serviço Social (PSS); prestar orientação social e encaminhar providências para as demandas da Família Naval; planejar, organizar e administrar a aplicação dos recursos para a execução dos PSS; prestar assessoria técnica sobre matéria de Serviço Social, desde que não envolva assunto protegido pelo sigilo profissional; participar das atividades inerentes às equipes multidisciplinares; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar as ações sociais; efetuar e documentar estudos, utilizando instrumentos e técnicas próprias do Serviço Social para buscar, com a participação dos demais componentes do OES, soluções e/ou estratégias de encaminhamento para a demanda de usuários da instituição; elaborar documentação técnica do Serviço Social; orientar o processo de participação dos usuários nos PSS da Marinha, de forma a promover a utilização adequada dos recursos institucionais; realizar estudo socioeconômico com os usuários para fins de acesso aos PSS; manter atualizado o cadastro de instituições, voltadas para a assistência social, existentes na comunidade, objetivando facilitar o encaminhamento e a solução de situações sociais; participar de reuniões e encontros referentes a assuntos específicos de sua profissão, de Assistência Integrada e de reciclagem profissional; contribuir para a divulgação das atividades do N-SAIPM; elaborar Parecer Social referente aos processos de solicitação de Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (LTSPF) para militares e de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família (LMDPF) para servidores civis.

Segundo as Forças Armadas, o ingresso do Assistente Social nas três Forças, se dá através de concurso público federal no nível militar, devendo o candidato ser brasileiro nato, ter menos de 36 anos, ter nível superior concluído em

qualquer área de formação. Após a aprovação no curso de formação, que participam os que foram aprovados na prova teórica, os assistentes sociais são nomeados Oficiais das Forças Armadas do Brasil.

No que diz respeito ao envolvimento da carreira de assistente social e carreira militar convém ressaltar que o militar enquanto aderente das forças armadas *a priori* tem como ideal a sua disponibilidade para o serviço, tendo a possibilidade de ser chamado para o trabalho a qualquer momento.

As Forças Armadas do Brasil, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea, são instituições nacionais, permanentes e regulares que têm como missão constitucional zelar pela defesa da Pátria, pela garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem. Como o Brasil adota o serviço militar obrigatório, sua força militar é uma das maiores do mundo com efetivo calculado em mais de 1 600 000 homens em idades de reservista por ano.

As polícias militares e os corpos de bombeiros militares estaduais e distritais são descritos como forças reservas e auxiliares constitucionais do Exército Brasileiro. As forças armadas são forças federais subordinadas ao Ministério da Defesa. O Comandante Supremo das Forças Armadas é o Presidente da República.

Em termos de efetivo, tem o terceiro maior do continente americano e o segundo maior da América Latina. O número de militares na ativa (*ready-to-fight*) em 2014 era de 327 000, a 17ª maior tropa do mundo. Sem sérias ameaças externas ou internas, as forças armadas estão à procura de um novo papel.

Elas estão expandindo sua presença na Amazônia por meio do programa Calha Norte. Em 1994, tropas brasileiras juntaram-se às forças de manutenção da paz das Nações Unidas (ONU) em cinco países. Os soldados brasileiros estão no Haiti desde 2004, liderando a Missão de Estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH).

Como o Programa Segundo Tempo Forças Armadas no Esporte (PROFESP), a Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (EAMCE), desenvolve com os jovens da comunidade no seu entorno diversas atividades esportivas. Tal programa conta ainda com o apoio na infraestrutura do Ministério da Defesa, o

Ministério do Esporte fornece materiais e pagamentos a professores e estagiários, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com ações relacionadas à alimentação (BRASIL, 2015).

Partindo dessa pesquisa, enquanto acadêmica pude perceber cada vez mais que se faz necessário à construção do trabalho do profissional do Serviço Social, dentro dos espaços sócio-ocupacionais, pois a marinha não se limita apenas ao espaço físico, mas também traz proposta de projetos para os jovens da comunidade em seu entorno. Já para a academia, abrirá uma discussão sobre o espaço profissional do assistente social em um campo amplo, mas pouco explorado por ser uma área com um sistema regido de hierarquias e disciplinas. Contudo uma prática desafiadora, pois vai de encontro com muitos princípios do código de ética da profissão e do projeto ético político assumido pela categoria.

Nos últimos anos, sobretudo na década de 1990, os objetivos do Serviço social das Forças Armadas se expandiram para haver maior interação entre as Forças Armadas e das comunidades em seu entorno. Surgiu então um novo desafio ao Serviço Social das Forças Armadas, que seria atender na plenitude de suas funções os seres humanos dentro e fora dos muros da instituição. Diante desse cenário, o presente projeto se propõe a buscar responder: em que consiste o trabalho do assistente social nas Forças Armadas do Brasil?

A presença das Forças Armadas Brasileira em praticamente todo território nacional, por questões óbvias, tem viabilizado no decorrer dos anos que a população no entorno de suas sedes tenham acesso a serviços que de outra forma não teriam com fácil acesso. Por conta dessa relevância nasceu a ideia do presente estudo.

Em relação à importância para categoria, é importante salientar que o exercício da atividade de assistência social nas Forças Armadas, além de favorecer a possibilidade do desenvolvimento da carreira individual estabilidade e remuneração condizente, favorecer a elaboração de estudos na área, permitindo assim um crescimento do ponto de vista vivencial e científico da ciência, haja vista as inúmeras realidades em que o profissional de Serviço Social se depara por conta

da enorme presença das Forças Armadas do Brasil em um país de dimensões continentais.

Assim pretendeu-se com esse projeto aprofundar o conhecimento sobre o Serviço social nas Forças Armadas do Brasil, de forma a compreender melhor a aplicação dessa profissão em situações reais dentro de um contexto de serviço militar. As oportunidades de aprendizados se apresentam para entender melhor a função do Estado enquanto provedor de serviços básicos não somente os seus oficiais das Forças Armadas, mas de forma estruturada e organizada aos cidadãos que estão em seu entorno.

A metodologia como parte fundamental na produção de um trabalho consistiu em um método de Dialética, usada para atingir os nossos objetivos, conforme Minayo (1994) pode ser entendida como:

A dialética leva a que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos os frutos de múltiplas determinações, com significado específico. Esse texto é a representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais (MINAYO, 1994, p. 277).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A execução da pesquisa se deu através da análise documental e bibliográfica, como forma de compreender melhor o conteúdo definido nos documentos, e também na bibliografia, para comparar o cotidiano profissional do assistente social.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Não se recomenda trabalhos oriundos da internet.

Enfim é importante afirmar que a reflexão que este estudo provoca é a de que ao estudar a atuação do assistente social no meio militar, não cabe uma concepção de reforço do que hoje é proposto ao serviço social nesta área, pelo contrário, o que se coloca para a prática profissional é um espaço que exige, como nas demais áreas, uma capacidade de se apropriar do pensamento mais crítico, até então incorporado e produzido pela profissão para nortear as ações profissionais.

Este estudo se apresenta da seguinte forma, a partir do presente capítulo 1, intitulado “Introdução” onde dissertamos em linhas gerais o que será abordado no estudo, bem como nossos objetivos e metodologia usada. O capítulo 2, cujo título é “As forças armadas” aborda todo o histórico de formação das forças armadas, passando por marcos históricos de sua construção, chegando até aos dias atuais. A partir do capítulo 3 (“o serviço social no Brasil”) são abordados aspectos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social. O capítulo 4 “A atuação do assistente social nas forças armadas” traz a origem do serviço social dentro das forças armadas, bem como o papel do assistente social na instituição, as atividades desenvolvidas, as demandas e as dificuldades encontradas. E, por fim, o capítulo 5 (“Considerações finais”) traz nossas percepções, conclusões e achados da pesquisa.

2 AS FORÇAS ARMADAS

As forças armadas são instituições nacionais autorizadas pela sua nação a usar a força quando preciso, geralmente através do emprego de armas – em defesa do seu país (incluindo atacar outros países, em defesa de interesses nacionais). Significa que as forças armadas são a polícia de um país. Estas forças são compostas de homens que têm o treinamento e a permissão para manipular armas de acordo com a Constituição. As forças armadas podem desempenhar funções diferentes de acordo com as leis de cada país. Em geral, seu papel mais importante é defender o país, mas também podem envolver-se no controle da ordem interna, ajudar as pessoas em situações de emergência ou mesmo para atacar outros países.

As forças de defesa e as Forças Armadas do Brasil se formaram ao longo de toda a série de conflitos ocorridos na História do país. Embora tenham sido institucionalmente formadas tardiamente (Exército, em 1824; Marinha, em 1824; e Força Aérea, em 1941), as forças armadas brasileiras remontam as suas origens às disputas do período colonial e da Guerra de Independência (IPHAN, 2015).

No período colonial, o rei D. Manuel I, mandou organizar expedições militares com a finalidade de proteger os domínios portugueses na América, então recém-descobertos. À medida que colonização avançou na Capitania de Pernambuco e na Capitania de São Vicente, as autoridades militares nativas e bases da organização defensiva da colônia começaram a ser esboçadas para fazer frente às ambições dos franceses, ingleses e holandeses. As primeiras intervenções relevantes foram a expulsão dos franceses da baía da Guanabara (França Antártica), em 1566, e de São Luís (Maranhão) (França Equinocial), em 1615 (IPHAN, 2015).

À medida que avançou a interiorização através do amplo movimento de expansão territorial no século XVII e do início do século XVIII, as entradas e bandeiras, com seus bugreiros e bandeirantes, forçaram a organização da defesa do território recém-conquistado. As forças expedicionárias de caráter eminentemente

militar iniciaram a utilização da população local, particularmente da região de São Paulo, pelos capitães-mores, em busca de riquezas ou da escravização dos indígenas. Houve diversos choques com tribos hostis, como os caiovás e cadivéus na região do Mato Grosso, os caetés na da Bahia e a Confederação dos Tamoios na do Rio de Janeiro. A guerra contra os holandeses e a Insurreição Pernambucana, no século XVII, pela primeira vez mobilizou grandes efetivos no país, e particularmente começou a haver um sentimento de defesa nacional, independentemente da influência da Coroa (IPHAN, 2015).

A primeira Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648) marcou o início da organização do exército como força genuinamente brasileira formada por brancos locais, liderados por André Vidal de Negreiros, indígenas, liderados por Felipe Camarão e negros/mulatos, liderados por Henrique Dias. A data da batalha é comemorada como o aniversário do Exército Brasileiro, tradição estabelecida no século XX (IPHAN, 2015).

Segundo Fausto (2012) as forças militares (junto com os bandeirantes) também foram usadas para reprimir os quilombos, comunidades formadas por escravos fugidos das plantações. O maior desses conflitos foi a Guerra dos Palmares, na qual se sobressaíram os líderes estrategistas Ganga Zumba e Zumbi, de um lado, e Domingos Jorge Velho, do outro.

Ao longo do século XVIII o Brasil-Colônia vivenciou diversos conflitos internos que demandaram intervenções militares, como a Guerra dos Emboabas (1707-1709), a Guerra dos Mascates (1710-1711), a Revolta de Vila Rica (1720) e nas fronteiras, principalmente no extremo sul. Naquela época, eram frequentes os choques entre luso-brasileiros e hispano-pletinos, além disso, a força terrestre enfrentou ameaças como a Guerra Guaranítica (FAUSTO, 2012).

O Marquês de Pombal tentou organizar de forma mais profissional o exército colonial, contratando para esse fim o conde Wilhelm Schaumburg-Lippe, militar alemão, que trouxe para auxiliá-lo vários oficiais estrangeiros. Na reorganização promovida por Böhm, construíram-se quartéis, casas de armas, fortificações e hospitais. A guarnição do Rio de Janeiro passou a ser centro de preparação para as tropas que demandavam o sul (FAUSTO, 2012).

Conforme Fausto (2012) com a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão houve a Transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821). Em 1810, foi criada a Academia Real Militar, no Rio de Janeiro. O curso tinha a duração de sete anos. Foram organizados os hospitais militares e os arsenais de guerra. Foram construídas indústrias de armas e fábricas de pólvora. A estrutura militar se organizou e se modernizou. As tropas de primeira linha começaram a admitir brasileiros. Estes passaram a integrar os regimentos de cavalaria do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, os corpos de artilharia de Santos, Santa Catarina e capitanias do norte e os batalhões de caçadores do Rio Grande do Sul.

Em 1815, com a elevação da colônia à categoria de reino muitas tropas regulares de Portugal desembarcaram no Brasil. A primeira era a divisão do Visconde da Laguna, Carlos Frederico Lecor. Esta época foi de importância extrema para a organização do sistema militar brasileiro. Começou a haver maior autonomia em relação a Portugal culminando com a criação do Ministério da Guerra e a centralização de todas as forças militares de terra. Mercenários (como o Lorde Cochrane) foram contratados para combater a Revolução Pernambucana e acabaram compondo o primeiro oficialato¹ fixo das forças armadas brasileiras. Logo após a independência, em decreto mandado redigir por D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1824, foram organizadas as forças militares brasileiras (FAUSTO, 2012).

Segundo Fausto (2012) O exército imperial brasileiro foi reorganizado em 1831, em seguida, foi criada a Guarda Nacional, foram extintos os antigos corpos de milícias e ordenanças e as guardas municipais.

Desde 1837 começou a haver a tentativa do serviço militar obrigatório no Brasil. A legislação tentou em 1822, 1837, 1841, 1848 e 1852 resolver o problema do recrutamento obrigatório, porém, mas por razões políticas do que militares, não foi resolvido. O exército imperial brasileiro foi se formando ao longo das sucessivas

¹ **Oficialato** é a denominação dada aos militares que ocupam um posto/patente. Na carreira militar, o **Oficialato** se inicia no posto de segundo-tenente.

revoltas do Período Regencial, como a Cabanada, a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada, a Federação do Guanais e a Revolta dos Malês. A maior delas, no entanto, que durou dez anos e chegou à escala de uma verdadeira guerra civil, foi a Revolução Farroupilha (1835-1845), travada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina contra rebeldes separatistas e republicanos. Com a ascensão de D. Pedro II, as forças armadas continuaram se desenvolvendo e o Brasil tomou uma posição externa mais ofensiva e intervencionista, principalmente na região do Prata, onde ocorreram as guerras contra Oribe e Rosas, contra Aguirre e a maior de todas, a Guerra do Paraguai (1865-1870) (IPHAN, 2015).

Em 1865, ao eclodir a Guerra do Paraguai, o Brasil não estava em condições de enfrentar o inimigo. Isso ocorreu devido ao fato de o Império negligenciar o preparo de suas forças armadas (FAUSTO, 2012).

O exército imperial contava com apenas 16.834 oficiais e praças, disseminados pelas províncias num território de tamanho continental. Foi o Duque de Caxias quem reorganizou o exército após cinco anos de luta. O general Manuel Luís Osório também teve importantíssima participação. A guerra também teve importantes batalhas navais, como a batalha do Riachuelo, comandada pelo Almirante Barroso.

Segundo Fausto (2012) parte da historiografia brasileira aponta a consolidação do exército, resultado da Guerra do Paraguai, como um dos principais fatores desestabilizantes da Monarquia, na medida em que o corpo militar identificou-se, em torno de preceitos positivistas, e adquiriu, por isso, maior ressonância política depois de 1870. Deveriam, portanto, tomar as rédeas do Estado para que este reformasse a sociedade brasileira, ainda que fosse por vias autoritárias, mas respeitando o ideário republicano. Não se deve entender, contudo, que os militares representavam um grupo político homogêneo; a marinha, por exemplo, era bastante identificada com a monarquia; os militares da Praia Vermelha também não se coadunavam necessariamente com os gaúchos positivistas, que formavam um forte movimento político da época.

De todo modo, a ascensão política dos militares foi fundamental para a Proclamação da República. As elites locais de SP, MG e RJ uniram-se em torno do

Marechal Deodoro da Fonseca para que realizassem a revolução, que ocorreu a 15 de novembro de 1889, com a marcha do Marechal para o Ministério da Guerra, onde se reuniam os líderes monarquistas. Destaca-se, entretanto, que a participação dos militares na proclamação não exclui a coexistência de outros fatores de queda da monarquia, quais sejam a questão escravista e o desentendimento entre o Império e a Igreja Católica, entre outros.

Após este período o país viveu uma relativa estabilidade no tocante a estruturação de suas Forças Armadas. Desse modo voltando a haver uma nova reestruturação com o começo da Segunda Guerra Mundial.

Em 1939, no início da Segunda Guerra Mundial, a forma como se desenvolviam os combates no além-mar surpreendeu e revelou o despreparo das forças armadas brasileiras para enfrentar as exigências do conflito. Somando-se às carências materiais típicas de um país com insuficiência de recursos financeiros.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial se deu com a criação e o envio da Força Expedicionária Brasileira, que lutou na campanha de libertação da Itália contra o Eixo a partir de 1944.

Após amplo debate e campanhas na imprensa, Getúlio Vargas, em 20 de janeiro de 1941, assinou o Decreto 2961, criando o Ministério da Aeronáutica e estabelecendo a fusão das forças aéreas do Exército e da Marinha numa só corporação, denominada Forças Aéreas Nacionais. Pouco depois, em maio de 1941, um novo decreto mudou o nome da recém-nascida força aérea para Força Aérea Brasileira (FAB), nome que permanece até os dias de hoje. A Força Aérea Brasileira obteve seu batismo de fogo durante a II Guerra Mundial participando da guerra antissubmarino no Atlântico Sul e, na Europa, como integrante da Força Expedicionária Brasileira que lutou ao lado dos Aliados na frente italiana. Foram enviadas para a Itália mais de 25 mil soldados e duas unidades aéreas da FAB, o 1º Grupo de Aviação de Caça, o Senta Pua! e a Primeira Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª ELO).

A partir de 1960, passou a estudar e desenvolver (em conjunto com a inteligência estadunidense) uma doutrina própria, adaptada às condições e à realidade brasileiras: a Doutrina de Segurança Nacional. Fortemente ideologizados,

os militares brasileiros assumiram como missão sua o combate ao comunismo e decidiram passar das intervenções esporádicas na vida política nacional ao controle total do Estado. Neste período o Exército Brasileiro tornou-se o terceiro maior do mundo (em número absoluto de soldados), atrás apenas de EUA e URSS. Após o golpe de 1964 e durante todo o período do regime militar, o Exército participou de operações de repressão, raptos e tortura a movimentos de guerrilha urbana e rural (ver Luta armada e Anos de chumbo). Com a promulgação da constituição, em 1988, o Exército e as demais Forças Armadas se afastaram do núcleo político brasileiro, voltando-se para suas missões constitucionais.

Com o novo cenário internacional após o fim da bipolaridade Estados Unidos da América *versus* União Soviética, o Exército foi chamado a respaldar a política externa brasileira, passando a atuar em diversas missões de paz patrocinadas pela ONU, tais como em Angola, Moçambique e Timor-Leste, além de enviar diversos observadores militares para várias regiões do mundo em conflito. No ano de 2004 o Exército Brasileiro passou a comandar as forças de paz que se encontravam no Haiti. Encerando oficialmente suas atividades no dia 15 de outubro de 2017, foram ao todo 13 anos de presença ativa naquele país.

2.1 As três forças

A América do Sul é um continente relativamente pacífico em que as guerras são um evento raro; como resultado, o Brasil não tem seu território invadido desde 1865, durante a Guerra do Paraguai. Além disso, o Brasil não tem disputas territoriais com qualquer um dos seus vizinhos e nem rivalidades, como acontece entre Chile e Bolívia.

No entanto, o Brasil é o único país, além da China e da Rússia, que tem fronteiras terrestres com dez ou mais nações. Além disso, o país tem 16 880 quilômetros de fronteiras terrestres e 7367 quilômetros de litoral para serem patrulhados e defendidos. Em geral, as forças armadas têm de defender 8,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo 4,4 milhões quilômetros quadrados de terra das águas territoriais — ou de Amazônia Azul, como a Marinha brasileira costuma

chamá-las. Para atingir esta missão de forma adequada, quantidades significativas de poder humano e de financiamento têm de ser disponibilizadas (FGV/DATAFOLHA, 2014).

2.1.1 A Marinha do Brasil

A Marinha traça a sua origem na frota mercenária do almirante Thomas Cochrane e nos pequenos navios e tripulações portuguesas que protegiam as primeiras colônias costeiras de saqueadores por via marítima. A Marinha é a mais aristocrática e conservadora das forças armadas e atrai uma parcela maior de seus oficiais a partir da classe média alta e classe alta. Embora ela esteja envolvida em operações em "água marrom" (ribeirinhas e costeiras), o objetivo principal da Marinha tem sido ser eficaz para se tornar uma marinha de "água azul", capaz de projetar poder em alto mar.

A força total naval era de 64.700 em 1997 incluía Aviação Naval Brasileira, com 1.300 membros, o Corpo de Fuzileiros Navais, com 14.600 membros, e apenas 2 mil conscritos. As operações navais são dirigidas pelo Ministério da Marinha em Brasília através do General da Marinha Estado-Maior da Armada — EMA), seis distritos navais (cinco oceânicos e um fluvial), e dois comandos navais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

A Marinha do Brasil é a força militar responsável pelas operações navais e para a guarda de águas territoriais brasileiras. É a mais antiga das forças armadas brasileiras, e a maior marinha da América Latina, A Marinha brasileira é também, uma das dez marinhas no mundo a operar o chamado porta-aviões São Paulo com 27.307 toneladas, também possui fragatas, corvetas, navios-patrolha oceânicos e costeiros, navios tanque, de desembarque de tropas e de blindados, submarinos e muitas outras embarcações fluviais e costeiras, além de helicópteros e caças Skyhawk (MINISTERIO DA DEFESA, 2013).

A Marinha também possui um grupo de elite de forças especiais, especializado em retomar navios e instalações navais, o Grupamento de

Mergulhadores de Combate, tal unidade é especialmente treinada para proteger as plataformas petrolíferas brasileiras ao longo de sua costa. A força também inclui o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil e a Aviação Naval. A Aviação Naval Brasileira é o componente aéreo da Marinha do Brasil, atualmente denominada Força Aeronaval. A estrutura aérea está subordinada ao Comando da Força Aeronaval, organização militar responsável por prover apoio aéreo operacional a partir das embarcações da Marinha do Brasil.

Treinados como "Força de Pronto Atuação", os fuzileiros navais contam atualmente com cerca de 15 mil homens, todos voluntários e concursados, sendo sua principal unidade o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais, à missão do Corpo de Fuzileiros Navais é garantir a projeção do poder naval em terra, por meio de desembarques realizados em conjunto com navios e efetivos da Marinha (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

2.1.2 O Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro é responsável pelas operações militares em terra, com uma força de cerca de 235 mil soldados. O Exército Brasileiro lutou entre outras batalhas, em dois grandes conflitos internacionais, a Guerra do Paraguai e a Segunda Guerra Mundial. Após a declaração de independência brasileira de Portugal, em 1822, o Exército Brasileiro, derrotou o Exército Português, especialmente na Bahia, formando o Império brasileiro, cujo Imperador era Dom Pedro I. Entre 1865 a 1870, Brasil, Uruguai e Argentina (a "Tríplice Aliança") lutaram para se defenderem contra as agressões do Paraguai. Após cinco anos de guerra, a Aliança derrotou o Paraguai. Com contingente brasileiro formando em torno de 85% do exército aliado (FAUSTO, 2012).

Em agosto de 1942, depois de submarinos alemães e italianos terem afundado navios mercantes brasileiros, uma mobilização popular forçou o governo brasileiro a declarar guerra à Itália fascista e à Alemanha nazista. Em julho de 1944, a Força Expedicionária Brasileira foi enviada à Europa para se juntar aos Aliados na Campanha da Itália. A Força Expedicionária Brasileira conseguiu capturar 20.573

prisioneiros do Eixo e teve 443 soldados presos e mortos em ação. O exército também contou com o apoio da Força Aérea Brasileira nos campos de batalha europeus. E a Marinha do Brasil ficou encarregada de proteger o litoral brasileiro e as rotas navais do Atlântico Sul (FAUSTO, 2012).

Em 1964, as forças armadas brasileiras, por meio do General Humberto de Alencar Castelo Branco, tomaram o poder mediante um golpe de Estado, começando a ditadura militar no Brasil que durou até março de 1985.

Mais recentemente, o Exército Brasileiro, tomou parte em diversas missões de manutenção da paz das Nações unidas, sendo a mais recente no Haiti. O Exército Brasileiro possui a maior quantidade de veículos blindados da América do Sul, somados os veículos blindados para transporte de tropas e carros de combate principais. Possui uma grande unidade de elite, com efetivos de comandos e de forças especiais, especializada em missões não convencionais, a Brigada de Operações Especiais, única na América Latina, além de uma Força de Ação Rápida Estratégica, formada por unidades de elite altamente mobilizáveis e preparadas (Brigada de Operações Especiais, Brigada de Infantaria Paraquedista, 1.º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) e 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) para atuar em qualquer parte do território nacional, em curto espaço de tempo, na hipótese de agressão externa. Além disso, possui unidades de elite especialistas em combates em biomas característicos do território brasileiro como o pantanal (17º Batalhão de Fronteira), a caatinga (72º Batalhão de Infantaria Motorizado), a montanha (11º Batalhão de Infantaria de Montanha) e a selva. As unidades de selva possuem renome internacional, reconhecidas como as melhores unidades de combate nesse ambiente do mundo. São formadas por índios da região amazônica e por militares oriundos de outras regiões, profissionais especialistas em guerra na selva pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva. Essas unidades são enquadradas pelas 1ª, 2ª, 16ª, 17ª e 23ª Brigada de Infantaria de Selva (COMANDO GERAL, 2015).

2.1.3 A Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira é a responsável direta pela defesa aeroespacial do território brasileiro. Foi formada quando as unidades aéreas do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil foram unificadas em uma única força militar, inicialmente chamada "Força Aérea Nacional". As unidades unificadas transferiram seus equipamentos, instalações e pessoal para a nova força armada. A FAB é a maior força aérea na América Latina, com cerca de 700 aeronaves tripuladas em serviço, além de contar, em 23 de Março de 2007, com um efetivo de 65.610 pessoas, além de um adicional civil de 7.500 pessoas contratadas pela força aérea. A Força Aérea brasileira é a maior força aérea da América Latina em contingente, número de aviões e poder de fogo (FAB, 2010).

A FAB é subdividida em quatro comandos operacionais: I FAE (Força Aérea I) instruções avançadas de asas rotativas e fixas; II FAE (Força Aérea II) de patrulha marítima, papéis helicópteros de transporte e apoio da Marinha; III FAE (Força Aérea III) o Comando de Caça, que tem todos os combates de primeira linha ativos sob seu controle — avião de ataque e de reconhecimento; V FAE (Força Aérea V) — responsável por missões de transporte.

O Ministério da Aeronáutica foi criado em 20 de janeiro de 1941, e absorveu as antigas aviações do Exército e da Marinha sob seu comando. Em 1944, a Força Aérea Brasileira uniu forças aos Aliados na Itália fascista, e ali operou durante cerca de sete meses, o primeiro conflito real da FAB. Em 1999, depois de uma criação do Ministério da Defesa (MoD), o Ministério da Aeronáutica alterou a sua designação para Comando da Aeronáutica, mas não houve grandes mudanças na estrutura da força aérea, que manteve quase a mesma organização que tinha antes.

O maior e mais importante programa, da FAB nos últimos anos é o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), a parte operacional do SIPAM é conhecido por SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia). O SIVAM é uma enorme rede de radares, sensores e pessoal integrados para guardar e proteger a Floresta Amazônica e seus recursos. Em 2002, um Embraer R-99A AEW&C equipado com o radar Ericsson Airborne Erieye e o SR R-99B (versão Gathering Inteligência

Eletrônica) entraram em serviço. O R-99 da frota é um dos principais componentes do sistema, as aeronaves tem como base Anápolis, perto de Brasília, e voa, 24 horas por dia sobre a região amazônica (FAB, 2010).

A espinha dorsal da aviação de combate brasileira composta de três tipos, a Northrop F-5E, A-1A/B (AMX) da Embraer/Aermacchi e do Embraer A/T-29 Super Tucano. Os F-5 estão sob um programa de modernização chamado programa F-5BR, a designação oficial de uma aeronave F-5M. A atualização está sendo realizada pela Embraer e pela Elbit, que inclui um novo conjunto de aviônicos, uma cabine de vidro cheia com três MFD, HOTAS configuração e um novo radar multimodo, o italiano Grifo F. O primeiro F-5EM, de um total de 11 aeronaves, foi entregue em 21 de setembro de 2005 e está programada a uma taxa de dois aviões a ser entregues a cada mês a partir dessa data.

Os estudos militares e as conseqüentes reflexões sobre o fenômeno são essenciais por reportar à necessidade de se discutir a função das Forças Armadas. Segundo Ludwig, “a história do Brasil, há muitos decênios, mantém-se atrelada à conduta dos funcionários fardados, haja vista os vários momentos em que os militares saíram dos quartéis para se envolverem em problemas de ordem política, conferindo às Forças Armadas um papel intervencionista por tradição” (LUDWIG, 1998, p. 07).

Ainda de acordo com o autor, o processo de formação do oficialato se constitui como a variável significativa para elucidar o fenômeno intervencionista das Forças Armadas, uma vez que, são estes que, geralmente participam das articulações, liderando subalternos no combate aos movimentos perturbadores da ordem social. A instituição escola, como um aparelho privado de hegemonia, cria condições para que o sistema capitalista se mantenha e evolua, ao formar e dotar indivíduos de características que estejam de acordo com as exigências necessárias ao seu sistema econômico, social e ideológico.

O ensino militar se enquadra nesse contexto, de acordo com Ludwig, “o processo ensino-aprendizagem da oficialidade brasileira, das três armas, está voltado para a tarefa de forjar um tipo de profissional, isto é, o aplicador da violência, adequado ao jogo de forças típicas da sociedade brasileira” (LUDWIG, 1998, p.08).

Assim sendo, os militares enquanto grupo organizado que se situa e exerce suas funções no Estado trata-se da expressão direta e imediata do domínio de classe exercido através de mecanismos de coerção, repressão e opressão. Ainda sob essa perspectiva, na visão de Gramsci (1931), as Forças Armadas são os aparelhos coercitivos do Estado que asseguram as disciplinas de grupos sociais.

3 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo discorreremos sobre aspectos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, a partir do “aparecimento” da questão social, enquanto expressão politizada das desigualdades sociais, advindas das contradições do conflito capital *versus* trabalho, ressaltando as discussões atuais acerca das “novas expressões” da questão social.

Parte-se do entendimento que é a questão social a base de fundação sócio histórica do Serviço Social, e seu enfrentamento pelo Estado e empresariado, com o apoio da Igreja Católica, em um cenário em que a pobreza é, simultaneamente, naturalizada e vista como ameaça à ordem burguesa, contribuiu para a legitimação do Serviço Social profissional.

No percurso histórico do Serviço Social, verifica-se uma ruptura com a herança conservadora da profissão, onde se buscou alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, sendo no âmbito do Movimento de Reconceituação e de seus desdobramentos, que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos, éticos e políticos do Serviço Social.

Foi nesse solo histórico, na transição da década de 1970 a 1980, em um processo de recusa e crítica do conservadorismo e de amadurecimento teórico-político da profissão com a reafirmação do compromisso com a democracia, a liberdade e a justiça social, que se tornou possível à construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua hegemonia na década de 1990.

Abordamos o Projeto Ético-Político do Serviço Social, considerando-o como um projeto profissional que contém elementos éticos e não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais (NETTO, 1999).

Consideramos que este capítulo trata de fundamentos necessários para a construção do presente estudo, possibilitando reflexões sobre a profissão e alicerçando as discussões nos capítulos que se seguem.

3.1 Serviço Social: a constituição como profissão

Como já sabemos a Assistência Social começou a ser praticada pela igreja católica como forma de caridade, que se traduzia em ações como cuidados com os órfãos. Porém por outro lado havia certa forma de controle social, quando punia severamente qualquer transgressão feita contra a ordem divina vigente. Assim a igreja ajudava na manutenção do feudalismo e era vista como intermediária divina direta de Deus na terra; assim conseguia exercer seu poder sobre o indivíduo, justificada pelo castigo divino. Essa suposta caridade era assim o espírito do controle e da dominação.

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que em vez de se apropriar a de retirar, tem como função maior adestrar ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele amarra as forças para reduzi-las procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separar analisar, diferenciar e levar seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. Adestrar as multidões confusas móveis, imóveis, inúteis de corpos e força para uma multiplicidade de elementos individuais (FOCAULT, 2009, p.164).

Logo assim na transição da idade média para idade moderna foi implantando um novo modo de produção; chegando ao capitalismo que ganhou força a partir do implemento de mecanismos de controle de conduta e condicionamento do corpo, para que fosse possível haver o cumprimento de metas e normas, dessa forma mandando os atores da sociedade em seus devidos lugares.

O artesão que antes era o dono do seu trabalho, atuando em todas as fases de elaboração e construção do mesmo; agora se vê subjugado dentro de uma nova ordem social, pois o seu trabalho é submetido às regras do capital, pois o que antes

era feito por uma só pessoa, agora é produzido por um grupo de pessoas dentro de uma fábrica em uma linha de produção, onde não havia condições de trabalho e o controle era muito rígido sobre o tempo, corpo e mente do funcionário, uma vez que esse tinha uma jornada de trabalho de 14 a 16 horas por dia, tinha seu tempo para comer, ir ao banheiro e o descanso era escasso e extremamente controlado.

Tais artifícios de controle de corpo e mente ocorrem em todos os aspectos e instituições dentro de nossa sociedade. Neste cenário onde a acumulação de riquezas se sobrepõe a aspectos humanitários, sempre haverá conflitos, mesmo que demorem a acontecer.

Foi dentro desse contexto que em 1898 foi instituída a figura do Assistente Social nos Estados Unidos; com o intuito de abrandar ou até colocar fim nesses conflitos, por meio de uma docilização do trabalhador. Em terras brasileiras a figura do Assistente Social foi inserida em 1936, também com os mesmos objetivos.

Podemos dizer assim que em sua essência a Assistência Social é predominada pela dominação e o condicionamento, fazendo seja garantindo o controle e ordem social em favor do sistema dominante.

O assistente social é um agente incumbido da missão de observar os desajustes sociais e buscar meios de harmonizar os conflitos, "... durante séculos as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do templo, grandes técnicos do ritmo e das atividades reguladoras" (FOUCAULT, 2009, p.144).

Quando esse profissional consegue efetivamente apaziguar os conflitos estão fazendo uso dos seus poderes de condicionar e docilizar os indivíduos. No momento que ele faz o uso desses poderes o Assistente Social, tem que compreender como suas ações pode influir profundamente a vida do indivíduo e o corpo social que o cerca. Pois uma vez não utilizando corretamente seu poder o mesmo pode acabar por se desviar de suas atribuições de defender a classe trabalhadora; sendo um mero agente do sistema, mantendo o *status quo* vigente.

Em isso ocorrendo o profissional pode gerar um falso estado de bem estar no trabalhador e no corpo social, fazendo nascerem duas consequências disso uma

negativa e uma positiva: a primeira que suas ações podem ser utilizadas para o condicionamento e acomodação do trabalhador, servindo assim ao sistema e reforçando o poder já estabelecido. A segunda suas ações podem levar os trabalhadores a um posicionamento e pensamento crítico, assim conscientizando-os a exercer os seus poderes de cidadãos dentro do corpo social.

A conscientização dos modos de implementação do poder e controle do corpo social é de extrema importância para o Assistente Social. Porém suas ações não pode só condicionar o trabalhador a mesma maneira de entendimento pré-estabelecido que vai contra ao poder da burguesia, tendo que ser muito mais que isso elevando o pensamento do trabalhador a um sentimento crítico contra toda e qualquer forma de dominação pelo sistema. Assim empoderando o trabalhador e lhe apresentando novas formas de exercer seu poder enquanto cidadão frente ao sistema.

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvenda nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 2009, p. 29).

O Assistente Social tem que voltar suas ações para o condicionamento de descoberta do poder social que o trabalhador tem dentro do corpo social em que está inserido; porém não simplesmente fomentando um simples questionamento, mas sim um questionamento crítico responsável que gere ações.

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 2004, p. 27).

Quando o Assistente Social faz o uso de suas atribuições a fim de conduzir os trabalhadores para a inércia frente ao poder vigente, este como já citado está apenas reproduzindo e reforçando o discurso burguês e favorecendo a manutenção desses no poder.

Tal realidade pode ser modificada ao passo em que o trabalhador seja levado a subverter a ordem estabelecida assim sendo apresentado a uma nova perspectiva. Dentro desse contexto podemos perceber a grande importância desse profissional uma vez que na atualidade mais do que nunca esse disciplinamento e controle é usado pelo capital para que o mesmo possa aumentar o seu lucro e consequentemente a acumulação de riquezas.

Nos primórdios do capitalismo tínhamos más condições de trabalho e estas eram usadas como uma forma de disciplinalização da mente do trabalho; hoje temos que as boas condições de trabalho são usadas também como forma de docilização e disciplinalização do trabalhador moderno. Uma vez que mantém o funcionário em uma falsa sensação de bem estar e inércia. Surge desta relação o ponto de ação do profissional do serviço social nas relações sociais, sendo que nestas, estão entrelaçadas várias relações de poder que envolvem o capital e o trabalho.

O Assistente Social quando é chamado a atuar nas relações entre empregado e empregador, atua como condicionador do comportamento do trabalhador mostrando a esse alguns benefícios. Porém dentro dessa atuação encontra-se um paradoxo ao tempo em que estende a mão ao trabalhador, o profissional esta a serviço do capital; pois como empregado do patrão atente as necessidades desse frente aos seus colegas. Desse modo acaba por abafar os anseios dos trabalhadores e fazendo perdurar o *status quo*.

A participação do serviço social no processo de reprodução das relações sociais se dá, na perspectiva do trabalho e capital, através da disciplina. “A disciplina fabrica indivíduos ela a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e como instrumento de seu exercício” (FOUCAULT, 2009, p.164).

Dentro de sua ingenuidade o trabalhador acaba deixando se levar pelas propostas do assistente social influenciado pelos interesses do capital, com a desculpa de um bem estar social, sentimento que é utilizado pelas empresas como forma de sedução e ilusão do trabalhador. Porém para que esse bem estar se efetive o trabalhador tem que favorecer os interesses do capital.

Porém tal emancipação vem acompanhada de uma sujeição aos meios de disciplina que acompanham as instituições. Tem-se a instituição de uma série de instrumentos de poder para controlar os indivíduos através de observatórios que tornam claramente visíveis àqueles que se pretende coagir pela vigilância (FOUCAULT, 2004, p.216).

Tais modos de observação e controle social são chamados de panópticos que hoje mais do que nunca então encravados em nossa sociedade, como toda a forma eletrônica de observação através de câmeras e pontos de controles dentro e fora do ambiente de trabalho, ou até a assistência prestada aos trabalhadores e suas famílias. Ao passo que o assistente social atua como simples doutrinador ele pode atrapalhar o processo de ruptura do estado de poder estabelecido pelo capital burguês.

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida, que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade, envolve a reprodução do modo de produção (IAMAMOTO, 2012, p. 79).

Iamamoto (2012) também partilha a noção de que o assistente social tem uma participação efetiva no processo de “reprodução das relações sociais na perspectiva do trabalho e capital” (p.78).

Desse modo cada trabalhador tem sua subjetividade e anseios, cabe ao assistente social saber identificar cada uma dessas subjetividades e anseios, fazendo assim a construção da realidade dentro de cada universo, uma vez que cada trabalhador pode tanto receber como exercer influencia dentro da sociedade.

Nisso o assistente social também pode ser influenciado e manipulado a ir na contramão de uma ruptura de poder.

Desse modo o assistente social também está inserido em todos os campos da sociedade contemporânea e diversas instituições públicas ou privadas atingindo diversos públicos, entre eles até militares.

A origem da Assistência Social nas Forças Armadas se confunde com a própria história da prática assistencialista no Brasil. Em 1947, para atender as famílias dos pracinhas combatentes da 2ª Guerra Mundial, foi criada a primeira organização pública com representação em todo território nacional, a Legião Brasileira de Assistência. No âmbito institucional, o assunto é regulado pela Portaria nº 560, que aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Serviço de Assistência Social nas Forças Armadas e pela Portaria nº 884, que aprova as Normas para Assistência Social nas Forças Armadas, alinhada com a Portaria nº 1.173/, que aprova a Política de Assistência Social nas Forças Armadas.

O ingresso de profissionais do assistente social nas Forças Armadas se faz por dois meios, o primeiro é por meio de uma seleção pública, onde os pré-requisitos é a idade de 36 anos e ser graduado em serviço social; a seleção é composta de duas etapas a primeira sendo uma prova objetiva e a segunda um curso de formação. O segundo meio de ingresso é a seleção interna para aqueles que já fazem parte das Forças Armadas, ele é composto de apenas uma etapa sendo uma prova objetiva e os pré-requisitos é a idade de até 36 anos e a graduação em serviço social.

Ressalta-se, que além da seleção anual de assistentes sociais temporárias por meio do Quadro de Oficiais Convocados; com o advento da Lei nº 12.797, de 4 de abril de 2013, houve a criação do Quadro de Oficiais.

Cabe aqui destacar, a necessidade de uma maior aproximação a esse espaço de atuação do assistente social, por parte do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social, que “constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional” (BRASIL, Lei nº 8.662/1993).

O Parecer Jurídico nº 13, de 2001, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) delibera que os Conselhos Regionais são desresponsabilizados no que se refere à fiscalização do exercício profissional nas instituições militares, e estabelece a isenção de anuidade aos assistentes sociais militares. Tais prerrogativas são justificadas, pela proibição de militares participarem de atividades políticas, partidárias, sindicais, e das categorias profissionais.

Esta conjuntura colabora para o trabalho invisível desses profissionais, na medida em que, conforme Souza (2013, p. 45), “não o reconhece enquanto assistente social na realização de seu trabalho, e não o ampara enquanto trabalhador”.

O desafio que se exprime às assistentes sociais no campo militar é o de, descortinarem o processo capitalista “alienante” e não o reproduzir, e, assim, conforme Vasconcelos (2002), e através de suas ações, realizarem um trabalho consciente que permita a capacidade de antecipar, de projetar; capacidade que, segundo a autora, não está dada, mas é um fim a alcançar, algo a construir.

3.2 Projeto ético-político

O presente subcapítulo tem por finalidade abordar o projeto ético-político profissional a partir de uma análise sobre o conjunto das regulamentações legais, constituído pelo Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão do mesmo ano, e a Lei de Diretrizes Curriculares de 1996 – abordagem que consideramos importante e necessária para que possamos buscar compreender posteriormente como se configura a prática profissional dos Assistentes Sociais nas Organizações Militares.

Como já abordado, o caráter político do Serviço Social remonta da institucionalização da profissão, a partir do estabelecimento de uma aliança entre Estado, empresariado e Igreja, para a intervenção da questão social, em um terreno de interesses contraditórios, onde a profissão tinha a função de integrar a classe operária ao modo de produção capitalista, sob o comando burguês.

Como também ressaltado, o Serviço Social brasileiro redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente. O processo de elaboração desse conjunto de documentos se inscreve na conjuntura identificada como o solo histórico de um reconhecido processo de Renovação do Serviço Social, onde foram gestadas as condições para a construção do projeto ético-político profissional.

Nesse sentido, a construção do projeto ético-político da profissão encontra suas raízes em um processo de recusa e crítica do conservadorismo profissional, na transição da década de 1970 a 1980 (NETTO, 1999), e conquista na década de 1990 sua hegemonia. Deu-se pelo amplo debate no interior da categoria profissional, espaço de tensões e lutas, e na disputa por diferentes projetos societários e profissionais.

O projeto ético-político profissional pode ser entendido como uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos. Isto porque na vida social existem projetos individuais, coletivos e societários, como observa Netto (2006), o traço peculiar dos projetos coletivos:

[...] reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores, para justifica-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la (NETTO, 2006, p. 2).

Por sua vez, os projetos profissionais são constituídos da dimensão política, de modo a se relacionar aos projetos societários:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas também e

destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente o reconhecimento dos estatutos profissionais) (NETTO, 2006, p. 4).

Os projetos societários, de um modo geral, podem ser identificados pelo seu caráter conservador, mantenedor de uma ordem social, ou ainda, transformador, por meio de suas estratégias de transformação social. Nesse sentido, um projeto ético-político está invariavelmente relacionado com projetos de conservação ou de transformação da ordem social.

O projeto ético-político do Serviço Social, enquanto projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. O projeto afirma ainda a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo (NETTO, 1999).

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente este projeto profissional se vincula a um projeto societário que se propõe a construção de uma nova ordem societária, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 2006, p.15).

É radicalmente democrático, pois conforme Netto (1999, p. 16) concebe-se a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

O projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais para participação de usuários.

O projeto ético-político profissional representa também um instrumento que determina parâmetros para o exercício profissional. Conforme Iamamoto (2011), “A

legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codificam princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis” (IAMAMOTO, 2011, p. 224).

Apesar de expressar as particularidades de uma categoria, o projeto profissional do Serviço Social não foi elaborado numa perspectiva corporativa voltado tão somente à autodefesa dos interesses desse grupo.

[...] ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais desses trabalhadores especializados, o projeto os ultrapassa porque é dotado de “caráter ético-político”. Ele permite elevar esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não elimine a dimensão técnico-profissional, por que estabelece um norte quanto á forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses de coletividade [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 35-36).

Foi, portanto, com o amadurecimento teórico-político conquistado pela categoria após a década de 1980, e a reafirmação do compromisso com a democracia, a liberdade e a justiça social, que resultou dessa dinâmica uma importante normatização para atuação profissional: a atual Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93); o Código de Ética Profissional em vigor (instituído pela Resolução 273/93 do Conselho Federal de Serviço Social que tem caráter normativo e jurídico, e delinea parâmetros para o exercício profissional, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados), ambos de 1993; e as atuais Diretrizes Curriculares da formação profissional de 1996, aprovadas em 1998 – que compõe os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social.

A estrutura básica do projeto ético-político é assim sistematizada da: Núcleo: reconhecimento da liberdade como valor central. Compromisso com a autonomia, com a emancipação e com a plena expansão dos indivíduos sociais. Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social (Reis, 2008)

Do ponto de vista profissional: o projeto implica o compromisso com a competência, cuja base é o aprimoramento profissional – preocupação com a (auto) formação permanente e uma constante postura investigativa. Usuários: o projeto prioriza uma nova relação sistemática com os usuários dos serviços oferecidos – compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, a publicização dos recursos institucionais e, sobretudo, abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. Articulação com os segmentos de outras categorias profissionais que partilhem de propostas similares e com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores (CRESS, 2008, p. 20).

O projeto ético-político tem o propósito de alcançar as seguintes dimensões:

Dimensão política: se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização; a ampliação e consolidação da cidadania. Este projeto se reclama radicalmente democrático – socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. Dimensão político-organizativo da profissão: fóruns de deliberação e as entidades representativas (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e as demais associações políticos-profissionais, movimento estudantil representado pelo conjunto dos CAs e DAs e pela ENESSO). É aqui que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Dimensão jurídica-política da profissão: aparato político-jurídico estritamente profissional (Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8.662/93 e as novas Diretrizes Curriculares do MEC; aparato jurídico-político de caráter mais abrangente (conjunto das leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988).

A regulamentação da profissão é datada de 27 de agosto de 1957, pela Lei nº 3.252 e posteriormente pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Desde então, essa data passou a ser referendada como o Dia do Assistente Social (SOUZA, 2011).

Porém com o processo de desenvolvimento da profissão, a categoria profissional passou a “compreender a regulamentação profissional numa outra perspectiva, como instrumento, na proposição de um projeto ético-político” (CFESS, 2002, p. 11).

Sendo assim, nos anos noventa a lei de regulamentação da profissão foi revisada, passando a ser identificada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, e enquanto instrumento legal articula princípios éticos-políticos e procedimentos técnico-operativos, de modo que o seu conteúdo expressa um conjunto de

conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais (CFESS, 2002).

O Código de Ética Profissional de 1993, por sua vez, conforme Netto (2006, p. 15), “é um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil”.

O Código de Ética é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético-profissional do assistente social: representa a autoconsciência ética-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional; ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto (CFESS, 2012, p. 35).

Apesar do Código de Ética do Assistente Social de 1986 ter materializado um momento de ruptura ética e ideopolítica com o conservadorismo profissional, com as perspectivas funcionalistas e neotomistas tradicionais ao Serviço Social; foi o Código de Ética de 1993 que possibilitou a condução de um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional, fortalecendo a identidade profissional articulada a um projeto de sociedade mais justa e democrática (SOUZA, 2011). São princípios fundamentais para o exercício profissional, conforme o Código de Ética Profissional (1993):

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da Equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias

profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 23-24).

Em sua dimensão ética, a liberdade como possibilidade de escolhas de alternativas, que implica compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Em sua dimensão política, se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços sociais, na ampliação e consolidação da cidadania, entendida como participação na sociedade e nas decisões. Assumir a defesa intransigente dos direitos humanos traz como contrapartida, a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio. Afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva.

[...] Portanto, colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas microações cotidianas que compõe o seu trabalho (IAMAMOTO, 2007, p. 77).

Por sua vez, as atuais Diretrizes Curriculares da formação profissional de 1996, aprovadas em 1998, são resultado de um processo de revisão curricular do Serviço Social e que vem em consonância com a perspectiva de uma formação profissional alicerçada no comprometimento de um novo projeto societário, com vistas ao processo de emancipação humana (SOUZA, 2011).

[...] entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional (NETTO, 2006, p. 13).

As diretrizes curriculares de 1996 são fruto de um amplo e sistemático debate profissional, decorrente de um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Revelam-se numa Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social onde o processo de formação profissional deve propiciar um conhecimento crítico da realidade, amparado por um compromisso ético-político (SOUZA, 2011).

O currículo se estrutura em três núcleos de fundamentação: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; e 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional; articulando conhecimentos e habilidades necessárias para a formação profissional, cada núcleo agrega um conjunto de fundamentos que se converte em matérias, que por sua vez, se convertem em disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. A formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996).

Em 2002 ocorreu a reformulação das Diretrizes Curriculares instituída pela resolução nº 15, de 13 de março, cujo perfil requerido ao profissional de Serviço Social deve ser o

[...] que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (BRASIL, 2001; Parecer CNE/CES 492/2001).

Está previsto no Art. 2º das Diretrizes Curriculares que as diretrizes, as competências, e habilidades gerais se referem a uma formação profissional que objetive viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ética-política, que fundamentem a realização de atividades técnico-operativas com vistas à

[...] compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; utilização dos recursos da informática. (BRASIL/MEC, 2002).

No que se refere às competências e habilidades específicas, conforme a referida resolução é prevista que a formação acadêmica propicie aos estudantes de Serviço Social, o desenvolvimento da capacidade de

elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social. (BRASIL/MEC, 2002).

Os grandes desafios impostos ao Serviço Social na contemporaneidade para efetivação do projeto ético-político se direcionam para o engajamento na luta pela defesa dos direitos sociais e das conquistas acumuladas ao longo da história, bem como, na incorporação do projeto ético-político voltado para a construção de uma sociedade justa e igualitária, tornando-o um guia efetivo para o exercício profissional e consolidando-o por meio da sua efetiva implementação. Outro desafio apontado por Netto (1999) é o de que:

[...] o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores (NETTO, 1999, p. 16).

Na análise das particularidades e das tensas relações entre o projeto ético-político profissional e estatuto assalariado, verifica-se, portanto, uma relativa autonomia do assistente social na condução das suas funções institucionais.

Os assistentes sociais, apesar do pouco prestígio social e dos baixos salários, formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir os obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente (IAMAMOTO, 2007, p. 80).

Cabe ao Assistente Social, buscar alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte do projeto ético-profissional por meio de estratégias políticas-profissionais que ampliem forças e espaços no interior do espaço ocupacional (IAMAMOTO, 2009).

Sendo assim as Forças Armadas desenvolvem outras ações que costumeiramente requerem auxílio do assistente social, tais como: Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência; Programa de Preparação para Reserva e Aposentadoria; Programa de Apoio Socioeconômico; Programa de Prevenção à Dependência Química; e Programa de Atendimento Social às Famílias dos Militares e Servidores Civis participantes de Missões Especiais, dentre outras exigem a atuação do assistente social.

4 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS

A origem da Assistência Social no Exército se confunde com a própria história da prática assistencialista no Brasil. Em 1947, para atender as famílias dos pracinhas combatentes da 2ª Guerra Mundial, foi criada a primeira organização pública com representação em todo território nacional, a Legião Brasileira de Assistência. No âmbito institucional, o assunto é regulado pela Port. nº 560, de 24 maio, que aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Serviço de Assistência Social do Exército (IG 10 – 19) e pela Portaria nº 884, de 04 Nov 08, que aprova as Normas para Assistência Social no Exército, alinhada com a Portaria nº 1.173/MD, de 6 setembro de 2006, que aprova a Política de Assistência Social nas Forças Armadas. A Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social – DCIPAS – é o órgão de direção setorial da atividade no Exército, no qual funciona a Subdiretoria de Assistência Social.

4.1 Papel do assistente social nas Forças Armadas

Como em outras instituições, nas Forças Armadas o exercício profissional não é dotado de completa autonomia, pois os objetivos profissionais esbarram, entre outras coisas, nos objetivos institucionais.

Iamamoto (2008) afirma que para ser consumida e transformada em atividade, a força de trabalho necessita de meios ou instrumentos de trabalho. Ressalta ainda que o assistente social possui relativa autonomia teórica e técnica na condução do seu trabalho, porém os meios e recursos necessários para a efetivação do trabalho do assistente social não são de sua propriedade e sim, da instituição empregadora, seja ela pública ou privada.

Ao vender a sua força de trabalho em troca do salário, o profissional entrega ao seu empregador o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida, sendo assim, o assistente social se submete às exigências impostas pela Instituição.

É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquela a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção (IAMAMOTO, 2008, p. 97).

Vasconcelos (2002) reforça a reflexão, afirmando que o assistente social como trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, vende sua força de trabalho especializada em distintos espaços sócio-ocupacionais, espaços estes que organizam o processo de trabalho do profissional. Sendo assim, o exercício profissional, em qualquer espaço sócio-ocupacional pressupõe:

Compreender a realidade no seu movimento, captar nela possibilidades de ação, priorizar, planejar, executar e avaliar, num movimento permanente contínuo e conjunto não só com seus pares, mas articulado aos profissionais de diversas áreas como um todo (VASCONCELOS, 2002, p. 416).

Logo, a competência ética-política e teórico-metodológica do assistente social e a realidade sócio institucional na qual está inserido esse profissional, são condicionantes intrínsecos que definem a maior ou menor eficiência da ação profissional (IAMAMOTO, 2001). Desta forma, é extremamente pertinente a análise sobre a inserção da profissão neste espaço específico de atuação que são as Forças Armadas.

Buscamos conhecer essa realidade socioinstitucional, não consideramos que há demandas específicas, mas expressões da questão social inerente ao modo de produção capitalista, que são comuns às trabalhadas pelas demais assistentes sociais em outras instituições.

As demandas são praticamente as mesmas que assolam a população de maneira geral, relacionadas a violação dos direitos sociais. O que torna específico na questão do público militar é que todos de alguma forma possuem renda, no entanto, as necessidades de ordem social, de saúde, de relacionamentos fazem com que esta renda fique comprometida, gerando a questão do endividamento, dessa forma muitas vezes o usuário necessita de recurso financeiro em espécie

para equilibrar o orçamento familiar e daí vem a questão dos empréstimos e todos os danos decorrentes de tal ação.

Por outro lado podemos identificar que existem sim demandas específicas pelo caráter do público-alvo e pelo direcionamento político da instituição. Tais demandas específicas são relacionadas à gestão do recurso humano da instituição, onde as contribuições para fins previdenciários, de assistência e de aposentadoria são realizadas pela rede de vinculados às Forças Armadas e repassadas como serviços sociais. Os programas sociais da instituição, sem caráter público e até mesmo, sem caráter gratuito, conformam uma rede de recursos sociais para o trabalho do Assistente Social. Pelo desvio de função² a demanda mais recorrente é de orientação social para família em situação de conflito familiar (Consiste no trabalho contínuo com famílias de militares que estejam passando por dificuldades; podemos ter como exemplo disso a família de um militar que esteja passando por uma separação) e de assistência de medicamentos para idosos. Com menor prevalência, há a demanda por serviço de acompanhamento social na localidade onde o usuário reside que facilita o suporte (DGPM-501, 2011).

Assim as mais recorrentes são os projetos de atenção aos recrutas, assim como, aos militares recém-chegados às OM; aos militares envolvidos em missões, entre outras. No momento, a demanda, que ainda não houve um programa/projeto desenvolvido, por esse núcleo, envolvendo atividades voltadas às crianças e adolescentes e jovens dependentes de militares e servidores civis.

A leitura hoje predominante é de que a prática profissional não deve ser considerada isoladamente, "em si mesma", mas em seus condicionantes sejam eles "internos" aqueles que dependem do desempenho profissional, e "externos", determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza.

Essa mercadoria força de trabalho é uma potência, que só se transforma em atividade – em trabalho – quando aliada aos meios necessários à sua realização, grande parte dos quais se encontra monopolizado pelos empregadores: recursos financeiros, materiais e humanos necessários à

² O desvio de função é quando o empregado é contratado para exercer uma determinada função, mas exerce outra diferente daquela para a qual ele foi contratado.

realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais (IAMAMOTO, 2006, p. 14).

Assim o assistente social tanto no exército como na marinha e também na aeronáutica não exerce suas atividades voltadas para um único fim ou a um único seguimento, gerando assim um número de atividades extenso, fazendo com que a demanda aumente e encontrando dificuldades.

Apoiada em estruturas sociais fortes e desenvolvidas, a atuação das Forças Armadas prevê também responsabilidades de cunho social quando suas tropas estão em ação no país. Um exemplo nesse sentido são as chamadas ações cívico-sociais (Acisos), que ajudam a melhorar a realidade de diversas comunidades, nas áreas de assistência médica, sanitária, educacional e de infraestrutura.

O Ministério da Defesa, além disso, desenvolve programas que buscam estimular uma relação harmônica e benéfica entre a Defesa Nacional e a sociedade. Mais que aprimorar a participação social em assuntos de defesa e segurança, essas iniciativas ajudam a promover a identificação da população com os entes estatais responsáveis por resguardar a soberania nacional.

Entre os principais programas sociais desenvolvidos estão o Projeto Soldado Cidadão, o Programa Calha Norte e o Projeto Rondon, além de diversas ações subsidiárias desempenhadas pelas Forças Armadas.

O Projeto “Soldado Cidadão” tem por objetivo formar jovens brasileiros, incorporados às Forças Armadas, por intermédio de cursos profissionalizantes, facilitando o ingresso no mercado de trabalho. As capacitações são ministradas a jovens com perfil socioeconômico carente e realizadas por instituições públicas ou privadas. Essas qualificações são de curto e médio prazo, com carga horária mínima de 160 horas. O Ministério da Defesa executa o projeto por meio de um Comitê Gestor formado por representantes da pasta e das Forças.

O Projeto “Soldado Cidadão” começou em 2002 e seus primeiros cursos foram realizados no Rio de Janeiro, beneficiando jovens do Exército Brasileiro. A Força Terrestre viu na iniciativa uma oportunidade de reduzir o risco social dos

jovens de baixa renda que prestavam o serviço militar inicial já que, quando alguns davam baixa, eram cooptados pelo crime organizado devido ao seu treinamento militar e manejo com armas. Em 2003, ainda restrito ao Exército, o “Soldado Cidadão” desenvolveu um projeto piloto cujas ações estenderam-se a mais oito estados e ao Distrito Federal. Em 2004, diante do sucesso obtido, o Projeto “Soldado Cidadão” foi lançado oficialmente, passando a abranger as três Forças Armadas em todo o território nacional. Desde então, mais de 190 mil jovens militares foram qualificados, o que contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do País, além de fortalecer a imagem de identificação entre as Forças e a sociedade civil.

Para ministrar os cursos, foram firmados contratos com as seguintes instituições de ensino e entidades públicas e privadas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/CTGÁS), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE/SC), Fundação Nokia de Ensino (FNE), Centros de Educação Profissional (CEP), Centro de Formação Profissional (CEFOP), Microlins Educação e Profissão, ALM Consultoria, Axiomas Brasil – Cursos Profissionalizantes, Gastro Consult (Consultoria Gastronômica), Intelbras (Telecomunicações), Rede e Segurança, Oi (Empresa de Telecomunicações e Departamentos de Trânsito Estaduais).

Há 30 anos contribuindo para o desenvolvimento e a soberania nacionais o Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985 pelo Governo Federal diante de uma preocupação dos militares sobre a causa amazônica. Naquela época, se propagava a cobiça internacional sobre as reservas naturais estratégicas do país.

Desde 1999 sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. O programa abrange 379 municípios, distribuídos em oito estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia e Roraima.

Ao todo, são quase nove milhões de brasileiros beneficiados, incluindo 46% da população indígena, em uma área que corresponde a 44% do território nacional.

A vertente civil do programa atua na promoção do desenvolvimento regional, com a construção de estradas, escolas, hospitais, portos, a implantação de rede elétrica urbana e rural, entre outros. A vertente militar desempenha ações em prol do desenvolvimento sustentável regional com a adequação de embarcações e o ajustamento das unidades militares e da infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira.

Ainda integra a vertente militar a manutenção da soberania e a integridade territorial nacional por meio do trabalho realizado pelas Forças Armadas. A vertente civil está ligada às emendas parlamentares, as quais são destinadas aos municípios abrangidos, via transferências voluntárias formalizadas por meio de convênios, atendendo as exigências do Governo Federal (Decreto nº 6.170/07).

O Calha Norte tem por objetivo principal o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a defesa nacional, muito além do seu aspecto puramente militar. Nesse ponto, o programa está alinhado com os objetivos e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa. O PCN proporciona assistência às populações e as fixam na região. Por isso, uma das suas metas é o aumentar a densidade demográfica.

Também busca a promoção do desenvolvimento sustentável; a ocupação de vazios estratégicos; a integração da população à cidadania; a melhoria do padrão de vida das populações; a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais da região.

O programa já investiu, desde a sua criação até os dias de hoje, a ordem de, aproximadamente, 3 bilhões de reais em favor do desenvolvimento regional.

Desenvolvido pelo Ministério da Defesa, em parceria com governos estaduais, municipais e Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, o Projeto Rondon contribui para a formação do jovem universitário como cidadão e para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes.

Sua primeira operação, também chamada de Operação Piloto ou Operação Zero, realizada em julho de 1967, contou com a participação de 30 alunos e dois professores da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro), da Universidade Federal Fluminense e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Durante 28 dias, rondonistas realizaram trabalhos de levantamento, pesquisa e assistência médica no território de Rondônia. Em junho de 1968 foi criado o Grupo de Trabalho Projeto Rondon, subordinado ao então Ministério do Interior, efetivando assim, a criação do Projeto.

Funcionando até 1989, e retomado a partir de 2005, o Projeto beneficia os municípios previamente selecionados com o envio de professores e alunos universitários de diferentes áreas do conhecimento.

Poderosa ferramenta de transformação, tanto de universitários quanto das comunidades beneficiadas, o Projeto Rondon prioriza a formação de multiplicadores entre produtores, agentes públicos, professores e lideranças locais. Com isso, permite que as ações tenham efeitos duradouros, favorecendo no longo prazo a população, a economia, o meio ambiente e a administração local.

O aprimoramento de valores humanitários dos rondonistas manifesta-se na intensificação do sentimento de responsabilidade social e coletiva, em prol da cidadania, de defesa dos interesses nacionais, contribuindo na sua formação acadêmica e proporcionando-lhe o conhecimento da realidade brasileira.

Desde o relançamento, em 2005, o Projeto Rondon realizou 76 operações, em 1.142 municípios de 24 unidades da federação, com a participação de 2.170 instituições de ensino superior e 21.436 rondonistas (universitários e professores), alcançando cerca de 2 milhões de pessoas.

Em função de sua grande cobertura territorial, o apoio das Forças Armadas é indispensável, proporcionando o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Em 2016, 604 rondonistas desenvolveram ações em 29 municípios do Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. No ano de 2017, o

projeto completou 50 anos da Operação Zero, reforçando sua importância social e educacional.

4.2 Atividades desenvolvidas, demandas e dificuldades

Buscando ainda identificar as possibilidades de atuação profissional junto ao público usuário identificamos as principais atividades desenvolvidas pelo Assistente Social das Forças Armadas, bem como quais são as principais demandas e dificuldades encontradas.

Realização de atendimento diário aos usuários do Sistema de Assistência Social, por meio de entrevistas sociais, como forma de prestar assistência social ao usuário, conforme a realidade percebida, dando-lhes o devido direcionamento, encaminhamento, orientações e/ou concessão de benefícios sociais; elaboração de processos sociais para a concessão de benefício social na OM, bem como para encaminhamento a Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE) para concessão de benefício social em caráter excepcional; elaboração de relatórios de atividades do NUSESO-BE, Plano de Trabalho Anual, Relatórios de Auditoria Interna e da SDEE, dentre outros relatórios.

Realização de atividades inerentes à profissão militar: participação em formaturas, comissão de representação, comissão de recepção, Oficial de Dia, Comissão de Funeral, Sindicâncias e IPM; elaboração de levantamento estatístico dos atendimentos, identificando demandas sociais para subsidiar estudos e projetos sociais; Participação no Curso de Prática de Ensino (CPE), como instrutora das disciplinas Aula Expositiva, Orientações para Ambientação a Audiência e nas atividades de Ambientação a Audiência; realização de Visitas Domiciliares aos usuários do NUSESO-BE, enquanto instrumento do Serviço Social de apreensão da realidade, operacionalizando o Projeto FAB em Casa e tendo a possibilidade de “*in loco*” apreender a realidade social a qual se encontra o usuário.

Participação como instrutora das disciplinas Estrutura e Missão do Comando das Forças Armadas, Interação Social, Trabalho em Equipe para os

Oficiais e Graduados dos Cursos promovidos pelo Serviço Regional de Ensino; Colaborar na organização e execução das atividades da Semana Interna de Prevenção de Acidentes; realização de visitas às OM, a fim de captar demandas existentes, realização de atendimentos sociais e palestras de divulgação do Sistema de Assistência Social do COMAER; participação da Reunião Mensal da Administração para a apresentação da Prestação de Contas Mensal dos Recursos da Assistência Social enquanto gestor social.

Principais demandas: endividamento do efetivo, atendimento nos projetos sociais (material de construção, aquisição de medicamentos, óculos, cestas básicas), além das atividades de caráter preventivo em diversas áreas tais como DST, AIDS, violência doméstica, drogas, planejamento financeiro. Público alvo: militares do COMAER ativos, inativos e seus dependentes; servidores civis ativos, inativos e seus dependentes (desde que contribuam para o RAS/DIRINT); pensionistas de militares; e pensionistas de civis.

Afirma lamamoto (2008) que a possibilidade de mobilizar as condições institucionais, postas de maneira a ampliar os meios de trabalho oferecidos para o exercício profissional, é alcançada por meio da capacidade crítico-resolutiva do Serviço Social de identificar a realidade socioinstitucional.

No entanto, de acordo ainda com lamamoto (2008) a ação criadora do Assistente Social, deve também considerar as exigências colocadas pela instituição patronal, que assume o papel de compradora da força de trabalho do profissional, definindo a forma como será empregada, de acordo com as políticas, as diretrizes, os objetivos e recursos do organismo institucional. Daí, porque para a autora, é no limite das condições institucionais que se efetiva a ação profissional.

Buscando, portanto, identificar se há condicionalidades impostas pela instituição militar que ultrapassam e podem impedir a “ação criadora do Assistente Social”, pesquisamos: quais os limites e dificuldades que o Assistente Social tem na realização de seu trabalho, estando nas Forças Armadas.

Limites da questão do próprio pilar da instituição, hierarquia e disciplina. Muitas vezes os profissionais se encontram na correlação de forças, entre o usuário

e a instituição, sendo necessário estar atento para a definição das ações a serem tomadas.

O desafio é estabelecer uma relação profissional onde as demandas sociais sejam tratadas em sua complexidade social, sem perder a particularidade de cada demanda e de cada usuário, estabelecendo as mediações para além do atendimento imediato das demandas e da escuta qualificada – esta última que pode ser lançada na prática profissional como mero instrumento para abrandar os conflitos institucionais, principalmente àqueles com a lógica viciada da ajuda e do favorecimento pessoal.

Outro grande desafio, além de todos os entraves que, cotidianamente enfrentados na profissão, como assistente social, temos a particularidade como militar, o atendimento ao usuário, ao qual muitas vezes são subordinadas, por exemplo: os oficiais superiores, tendo assim como desafio buscarmos o entendimento, por parte dos mesmos, que além de militar (oficial subalterno) são também, assistentes sociais.

Outras dificuldades para o exercício profissional do assistente social, é o acúmulo de funções e o desvio de função, acumulando cargos como: Gestora dos Recursos da Assistência Social; Presidente da Comissão para Coleta Seletiva Solidária; Secretária da Subcomissão de Seleção de Cabos e Soldados; membro da Comissão de Seleção das Forças Armadas; membro da Comissão do Projeto Soldado Cidadão; Encarregada de Sindicâncias; Escrivã de Inquérito Policial Militar; Instrutora de disciplinas em cursos do Serviço Regional de Ensino; Orientadora do Curso de Prática de Ensino. Oficial de Ligação no Curso de Formação de Cabos. Presidente da Comissão de Inventário. Fiscal de contratos. Integrante do Grupo executivo do Plano Diretor. Comissão de Funeral e Pêsames.

Sendo os relacionados da função de assistente social, o que poderíamos chamar de “acumulo de função”: Gestora dos Recursos da Assistência Social; quando dentro dessa função tem o objetivo de gerir todo o corpo de assistentes sociais cobrando e recebendo relatórios dos assistentes sociais subordinados, acompanhando de perto o trabalho desenvolvido e por ultimo fazendo relatórios gerais e remetendo esses para o seu comando superior. Como Presidente da

Comissão para Coleta Seletiva Solidária; comissão criada para coletar donativos para trabalhos sociais com a comunidade que cerca os quartéis. Comissão do Projeto Soldado Cidadão; nessa comissão é trabalhada a relação do militar com os civis da comunidade que envolve o quartel. Comissão de Funeral e Pêsames; quando desempenha essa função trata de todo o cerimonial desde o velório até o sepultamento do militar falecido, bem como o posterior acompanhamento da situação familiar deixada pelo mesmo.

Todas as outras funções como: Secretaria da Subcomissão de Seleção de Cabos e Soldados; membro da Comissão de Seleção das Forças Armadas; Encarregada de Sindicâncias; Escrivã de Inquérito Policial Militar; Instrutora de disciplinas em cursos do Serviço Regional de Ensino; Orientadora do Curso de Prática de Ensino. Oficial de Ligação no Curso de Formação de Cabos. Presidente da Comissão de Inventário. Fiscal de contratos e Integrante do Grupo executivo do Plano Diretor; podem ser consideradas como desvio de função, uma vez que essas não estão nem de longe ligadas a algum ramo do Serviço Social nas Forças Armadas.

O que vale questionarmos é que até que ponto todas essas funções acessórias impostas ao Assistente Social dentro das Forças Armadas podem prejudicar a atuação do profissional?

Caracterizando propriamente um desvio de função, já que a Assistente Social exerce também função de Chefe da Seção de Assistência Social ou Chefe do Núcleo de Serviço Social e realiza atividades inerentes à profissão, verifica-se a grande quantidade de outros cargos e funções que acumula enquanto militar.

De forma menos grave, se verifica também cargos e funções fora da Seção de Serviço Social e desempenham atividades completamente alheias à prática e formação profissional, como: Chefe da Subdivisão de Inativos e Pensionistas e da Seção de Arquivo da Divisão de Inativos e Pensionistas. Comissão de Seleção para Oficiais Temporários, Chefe da Seção de Identificação e Seção de Informática.

As seções de trabalho citadas: Subdivisão de Inativos e Pensionistas, Seção de Arquivo, Seção de Identificação, Seção de Informática e Serviço Regional de Recrutamento e Mobilização; assim como várias outras existentes na instituição

militar, como Telefonia; Serviços Gerais; Garagem; etc.; são setores administrativos, e todos têm como estrutura de funcionamento: um auxiliar (cabo ou soldado); um encarregado (sargento ou suboficial) e um chefe (um oficial de qualquer formação).

Ao assumir a função de chefe destas ou de outras seções, o assistente social deixa de realizar as atividades inerentes à profissão; e como ressaltamos no capítulo introdutório, passa a realizar atividades administrativas consideradas prioritárias em relação às específicas da profissão, uma vez que é afastado totalmente da Seção de Serviço Social, passando a estar em desvio de função.

Cabe destacar que não estamos considerando como desvio de função a conciliação de atividades técnicas com as atividades militares; uma vez que essa é a natureza do trabalho nesse espaço ocupacional, a isto entendemos como acúmulo de funções (além das atividades da profissão Serviço Social para o qual foram contratadas, são também nomeadas em comissões, participam de escalas de formaturas, serviço de Oficial-de-dia, etc. como qualquer outro militar Oficial de nível superior).

Pesquisamos ainda a quantidade de trabalho exercido na área militar e se há um equilíbrio entre as atividades essencialmente militares e o efetivo trabalho do Assistente Social ou se nem sempre isso é possível.

O exercício do trabalho do assistente social na área militar é de certa maneira complicado, pois é necessário administrar o tempo de trabalho para as atividades inerentes ao Serviço Social e as outras atividades inerentes à vida militar, que vale destacar são muitas, são cobrados diariamente para o pleno exercício de tais atribuições, não há como separar hoje é assistente social e amanhã sou militar.

A instituição tem o objetivo primário de manutenção dos serviços administrativos que se encerram nela mesmo. Os desdobramentos do processo de trabalho são para gerir a própria burocracia. Há uma prevalência na realização de serviços exclusivamente militares, sem equilíbrio e valorização da especificidade da profissão do militar.

Porém não há um equilíbrio. São militares vinte e quatro horas por dia, desde a formatura matinal à arriação da bandeira. Mesmo quando não estão na

escala-de-serviço, estão de sobreaviso, podendo ser acionados a qualquer hora do dia ou noite. Por isso, o trabalho enquanto Assistente Social muitas vezes fica em segundo plano, e para não acumular e comprometer o usuário que necessita de um benefício social, se desdobram, utilizando estratégias, como por exemplo, os relatórios sociais que só conseguem concluir em casa.

Como podemos verificar, são muitos os limites e desafios encontrados no serviço social militar. Podemos considerar que os mais recorrentes estão relacionados à estrutura basilar da instituição, aos objetivos da instituição (seus princípios de hierarquia e disciplina), à subordinação hierárquica do assistente social militar, e à prioridade das funções militares, que são componentes intrínsecos à atuação profissional no campo militar.

O exposto aqui permite que identifiquemos que há uma capacidade de leitura e compreensão da realidade que Iamamoto (2008) considera condição necessária e fundamental para que o profissional estabeleça sua intervenção, no entanto, o espaço sócio ocupacional e os condicionantes impostos podem dificultar a materialização de um fazer profissional capaz de mobilizar as condições institucionais, para que se ampliem os meios de trabalho oferecidos para o exercício profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho consistiu em construir reflexões e conhecimentos acerca da atuação do Serviço Social no campo militar. Os objetivos do estudo foram compreender as particularidades do agir profissional investigando possíveis limites e desafios do Assistente Social na realização de seu trabalho nesse espaço sócio ocupacional.

As Organizações Militares são Instituições regidas pelos princípios de hierarquia e disciplina, e por isso convenciamos que a prática profissional do assistente social seja tão desafiadora neste espaço, pois vai de encontro com muitos princípios do Código de Ética da profissão e do projeto ético-político assumido pela categoria.

Na construção teórica do estudo, revelou-se necessário que abordássemos a gênese do Serviço Social relacionando-a com a questão social, enquanto objeto de trabalho da profissão, pela intervenção do Estado, que tem nas políticas sociais seu campo de intervenção privilegiado.

Foi indispensável também que discorrêssemos sobre o surgimento e institucionalização do Serviço Social, refletindo sobre a profissão na contemporaneidade e o Projeto Ético-Político profissional, possibilitando assim, que as bases teóricas fossem alicerçadas para que pudéssemos adentrar na pesquisa de campo, apreendendo a configuração profissional do Serviço Social nas Forças Armadas.

As Forças Armadas do Brasil, espaço sócio-ocupacional das assistentes sociais pesquisadas, foi nosso campo de estudo, e embora anualmente tenha requerido de forma crescente a inserção do profissional de Serviço Social, por meio de concursos e seleções, revelou-se ainda uma instituição pouco estudada.

Por meio do estudo bibliográfico, foi possível a apresentação dos resultados/discussões acerca da prática profissional do Assistente Social nas Forças

Armadas, as perspectivas e possibilidades nesse espaço sócio ocupacional, e os limites e desafios na concretização do projeto ético-político profissional.

Foi possível comprovarmos que o Assistente Social tem sido chamado a intervir nas questões que vão além das alcançadas pela legislação militar, sendo o profissional capaz de atender às demandas socioeconômicas do efetivo, necessidades que se apresentam como expressões da questão social nas Forças Armadas, sendo os projetos sociais (material de construção, material escolar, aquisição de medicamentos, óculos, e cestas básicas), o principal objeto de trabalho do Serviço Social.

As assistentes sociais realizam também trabalho de orientação social, visitas domiciliares, atividades de caráter preventivo como palestras de planejamento financeiro, entre outras, junto aos militares ativos do COMAER, inativos, seus dependentes e pensionistas; servidores civis ativos, inativos, dependentes e pensionistas (desde que contribuam para o RAS/DIRINT).

Quanto à existência de expressões da questão social que possam ocasionar demandas específicas, identificamos na realização do estudo, a questão socioeconômica como fator agravante, tem se traduzido na maior procura por benefícios sociais, sugerindo-se uma possível relação entre o endividamento do efetivo, o maior custo de vida, e ainda o menor acesso ou acesso precário às políticas públicas (saúde, educação, lazer, entre outros).

Constatou-se, que na realização da prática profissional do Assistente Social no campo militar, há alguns desafios a serem enfrentados, como: o desvio, o acúmulo de funções militares, a importância destas em detrimento das funções específicas da profissão, e a subordinação hierárquica, que tem ocasionado o comprometimento e até mesmo a anulação da autonomia do trabalho do Assistente Social.

Tais desafios, mais do que limitadores à materialização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional, estão na contramão de um Projeto Ético-Político comprometido com a transformação da ordem social capitalista. Os princípios e regulamentos próprios da instituição militar, por sua vez, conservam a manutenção do poder para assegurar a ordem e para

proteger as instituições (aparelho estatal), e refletem o caráter de classe do Estado na preservação da ordem burguesa, buscando a conformação da classe trabalhadora – por meio de políticas e programas sociais.

É nesse contexto que o Assistente Social tem buscado compreender e intervir nas questões que se apresentam, no atendimento das legítimas demandas de seu efetivo que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Mesmo diante dos desafios postos, o trabalho do Assistente Social nas Forças Armadas se revela da maior importância. Por ser um profissional que tem conhecimentos e metodologias para desafiar conjunturas e construir viabilidades em um cotidiano contraditório, este profissional busca em suas ações decifrar a realidade histórica que engloba a complexidade da questão social e os desafios do cotidiano, sendo capaz de atender demandas e solucionar conflitos nesse espaço sócio-ocupacional.

Mediante as argumentações realizadas, concluímos que é necessária a ampliação do debate e discussão do trabalho do Assistente Social no campo militar. Este movimento é importante, pois, como já mencionamos anteriormente, anualmente cresce o ingresso de assistentes sociais no âmbito das Forças Armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército – sendo este último o maior empregador). Atualmente, o COMAER dispõe de 130 (cento e trinta) assistentes sociais militares, que estão distribuídas na área da saúde e assistência social.

Apesar de todos os contratempos encontrados para fazer este estudo, as dificuldades para a inserção em campo devido à burocracia o que nos levou optarmos por uma pesquisa bibliográfica e documental; só contribuiu para que aumentasse o nosso desejo de fazer acontecer, e atingirmos os nossos objetivos.

Almejamos, com a investigação aqui apresentada, contribuir para a construção de práticas inovadoras de pesquisa em Serviço Social no campo militar, fortalecendo o referencial teórico-metodológico tão necessário para o desenvolvimento da profissão nas Forças Armadas, consolidando a definição e o significado da intervenção do Assistente Social nessa área de atuação.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**: diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: 1996.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Ministério de Educação/Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete *et al.*, (Org.). **Serviço Social e Saúde** – formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Instrução Normativa. **IPHAN, Nº 001**, de 25 de março de 2015.

_____. Instrução do Comando da Aeronáutica nº 160-39 de 04 de julho de 2011. Estabelece as Instruções sobre o Serviço Social nos Órgãos do Sistema de Saúde da Aeronáutica.

_____. Instrução do Comando da Aeronáutica nº. 161-1, de 15 de dezembro de 2008. Estabelece as normas e os procedimentos relacionados à Gestão e Aplicação dos Recursos da Assistência Social. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente Social (1993)**. 9.ed. Brasília: CFESS, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Vigiar e Punir**: O nascimento da Prisão. 37.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2002.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2012.

COMANDO DA AERONÁUTICA (Brasil). **Instrução do Comando da Aeronáutica nº 163-1, de 10 de março de 2014**. Aprova a reedição da ICA 1631, que estabelece as Instruções Reguladoras das Ações Sociais do Comando da Aeronáutica.

DRUCKER, Peter F. **Technology, Management And Societ**: Harvard bussines press.1970

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 37.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARINHA DO BRASIL. **DGPM-501** – Diretoria do Pessoal da Marinha – 5ª revisão. Normas sobre a Assistência Integrada na Marinha do Brasil. Brasília, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **O feitiço da ajuda**: as determinações do Serviço Social na empresa. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: _____. **Capacitação em Serviço Social e política social**: Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do serviço Social no Brasil pós-64.16.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NETTO, José. Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. **Revista Temporalis**. ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3, p. 41-49. Brasília. Grafile, 2001.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 107. São Paulo, jul.-set. 2009.

SOUZA, E. P. B de. **Sociedade de Consumo e o Enfrentamento das situações de Vulnerabilidade Econômica no âmbito do V Comando Aéreo Regional: Desafios para o Serviço Social.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: 2013. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SOUZA, J. D. A. de. **A atuação do assistente social nas Forças Armadas: novas habilidades, competências e atribuições?** Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 2011.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde.** São Paulo: Cortez, 2002.